

ATA 07/2014

REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CRICIÚMA

09.10.2014

1 Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, realizou-se no Salão Ouro Negro
2 na Prefeitura de Criciúma, a reunião ordinária com os membros do Conselho de Desenvolvimento
3 Municipal do Plano Diretor Participativo de Criciúma. Os trabalhos começaram às 19h10min, com
4 a presença dos membros relacionadas na lista de presença parte integrante desta ata. A reunião foi
5 aberta pelo Presidente Sr. Juliano da Silva Deolindo que agradeceu a presença de todos nesta data.
6 A seguir foi dada a palavra ao Arq. Giuliano Colossi que apresentou a pauta desta reunião,
7 informando que por conta da importância desta reunião, os processos administrativos analisados na
8 Câmara Temática II, não serão discutidos nesta data e os mesmos ficarão para a próxima reunião do
9 CDM que será realizada no dia 13/11/2014. A pauta é bem grande, com vários assuntos mas vamos
10 concentrar em dois assuntos importantes que são a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida
11 pela Ministério Público e os resultados das reuniões das câmaras temáticas no mês de setembro e o
12 posicionamento para o conselho. Também temos 04 (quatro) processos administrativos que nós
13 achamos que vai ficar muito pesado e de tudo o que se viu nas câmaras temáticas, então não há
14 problema em transferir estes 04 processos para o mês que vem para apreciação na próxima reunião
15 que será realizada no dia 13 de novembro de 2014, vamos ter ainda mais uma reunião da câmara
16 temática II, na próxima semana dia 16 e então vai unir esses processos que já foram apreciados nas
17 câmaras temáticas com os que serão analisados no dia 16, assim a próxima reunião vai ser tratado
18 os processos administrativos e outros assuntos que poderão surgir e que não são tão graves quanto
19 esse primeiro principalmente e esses assuntos que todo o conselho tem que estar a par do que foi
20 discutido no mês passado. Portanto, teremos que apresentar aos presentes desta reunião a Ação
21 Direta de Inconstitucionalidade movida pela MP contra o Conselho e a Câmara de Vereadores, na
22 verdade é contra a Prefeitura, mas isto vai ser explicado pelos advogados. Uma questão de ordem o
23 Secretário Jarder Westrup pediu a palavra dizendo: vamos falar sobre os encaminhamentos das
24 reuniões das câmaras temáticas, que é só agenda, que é mais rápida, depois a gente abre para
25 falamos da Ação Direta de Inconstitucionalidade, pois essa discussão é mais polemica e vai dar
26 "calor", o que foi aceito por todos. Todos os presentes concordaram com essa deliberação sugerida
27 pelo Vice-Presidente do conselho. A seguir foram apresentadas as conclusões das reuniões das
28 câmaras temáticas que ocorreram no mês de setembro passado, sendo essas: 1) REUNIÃO DA
29 CÂMARA TEMÁTICA DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
30 URBANO – CDM - 28/08/2014; Considerações da equipe técnica da Secretaria de Planejamento e
31 Desenvolvimento Econômico: O Plano Diretor da cidade de Criciúma é muito específico no que se
32 refere aos empreendimentos que deverão realizar o EIV. Ao invés de citar cada uso para a
33 realização do estudo seria apropriado estipular uma **metragem quadrada** para realizar o EIV. O
34 Plano Diretor Municipal não apresenta os locais onde seriam de interesse do município ou os
35 terrenos que já pertencem ao município. Seria conveniente criar um mapa com as áreas
36 delimitadas para a fácil identificação dos lotes. Incluir no mapa cadastral os lotes identificados
37 como de interesse. Índices de aproveitamento máximo não favorecem a compra pela Outorga

38 *Onerosa e Transferência do Direito de Construção. Falta de incentivo à Habitação de Interesse*
39 *Social através do mecanismo da Outorga Onerosa. Não há organização para a captação e manejo*
40 *dos recursos da outorga onerosa. É necessário criar a lei específica para o FUNDEM. Alguns*
41 *pontos foram levantados para discussão e/ou complemento: Criação de parâmetros para*
42 *elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança, juntamente com a definição da equipe jurídica;*
43 *Revisão de cobrança dos lotes não utilizados, analisando a situação econômica do proprietário;*
44 *Questionou-se do porquê da exclusão dos bairros Michel e Pio Corrêa no mapa de*
45 *Compulsoriedade do Solo; Questionou-se que a Av. Imigrantes Poloneses deveria estar no*
46 *mapa de Compulsoriedade do Solo e sugeriu a inclusão de áreas do Paço Municipal no Mapa*
47 *de Outorga Onerosa; Sugeriu-se que qualquer área do município deve ser de interesse para*
48 *compra de outorga onerosa, desde que apresentado um Estudo de Impacto de Vizinhança,*
49 *sendo que um mapa com as áreas definidas para compra de outorga deverá existir*
50 *independente deste fator, e nesse caso, com as áreas determinadas, isentos do Estudo de*
51 *Impacto de Vizinhança; O EIV, que pode ser subdividido por classes (I,II,III), definidas*
52 *através das atividades, tamanho e local instalado; E ainda, sugeriu-se ter-se como base para*
53 *elaboração dos parâmetros do EIV, a listagem do Conselho Estadual do Meio Ambiente,*
54 *através de níveis definidos pela área ocupada; Sugeriu-se que as Igrejas, templos e congêneres*
55 *merecem atenção especial no EIV, pois independente do tamanho, podem gerar incômodo,*
56 *neste caso relacionar também ao Código de Posturas e Obras; Criação de canal interativo*
57 *(facebook, twitter, e-mail), para a participação de todos na concepção do Plano Diretor e seus*
58 *Instrumentos; Foi aprovado pelos presentes que os assuntos anteriormente aos tratados na câmara*
59 *temática poderão ser tratados em reuniões técnicas de trabalho, conforme permite o regimento*
60 *interno do CDM, com a presença de técnicos convidados para assessorar nos temas dos*
61 *instrumentos de indução do desenvolvimento urbano. O plano diretor municipal não apresenta*
62 *os locais onde seria de interesse do município, ou os terrenos que já pertencem ao município, no*
63 *caso para permutar o direito de preempção, o direito de preferência na compra ou desapropriação de*
64 *imóveis próximos a escola, posto saúde, creche, para já delimitar em planta aquilo que não pode ser*
65 *vendido para o particular, primeiro tem que ser consultado a prefeitura. Se a pessoa quiser vender o*
66 *terreno ela tem que consultar a prefeitura primeiro para ver se não há interesse público na compra*
67 *do imóvel se não houver interesse público não tem problema a venda, que vai ser colocado no mapa*
68 *cadastral. São duas situações diferentes, uma o município vai comprar porque realmente precisa*
69 *desapropriar, ai precisa de uma lei específica, desapropria, paga e toma posse. Outra situação é*
70 *aonde ele delimita naquela região se tiver alguma negociação, oferta de venda, ele tem a*
71 *preempção, a preferência e ai em igualdade de condições ele vai ter a prioridade de compra em*
72 *virtude da supremacia do interesse público sobre o particular. No caso do cemitério, o terreno ao*
73 *lado do cemitério ele (município) poderia desapropriar, mas também por ser do lado do cemitério o*
74 *proprietário tem que apresentar para a prefeitura, se ela quer comprar tendo em vista o direito de*
75 *preempção (preferência) do ente público. É o mesmo direito do locatário quando o proprietário está*
76 *vendendo, o locatário teria o direito de preferência nesta compra, isto é o que a lei dispõe. As vezes*
77 *nós conseguimos resolver a questão basicamente de som, ruído, no código de obras e no código de*
78 *posturas, não havendo necessidade do EIV. Se a gente for parar para pensar o EIV é um estudo*
79 *muito caro e a gente vai estar onerando mais um pouco quem vai fazer a construção, isto já está*
80 *sendo pensando no Código de Obras e Código de Posturas. Jader Só para esclarecer nós estamos*
81 *dando uma parecer naquilo que a gente tirou da gaveta e como já informando estamos*
82 *movimentando, e depois tudo passa pela equipe técnica, câmara temática e conselho, sendo*
83 *complementado e regulamento com base no plano diretor. Revisão e criação da legislação*

84 complementar ao plano diretor. Então a gente fez um arrastão de reuniões para começar a
85 movimentar as outras câmaras temáticas que estavam meio paradas. Foi aprovado pelos presentes
86 que os assuntos anteriormente aos tratados na câmara temática poderão ser tratados em reunião
87 técnicas de trabalho, nas reuniões técnicas de trabalho não quer dizer que são os técnicos, o pessoal
88 do conselho pode participar, nós vamos chamar uma reunião, aqui no salão ouro negro ou outro
89 local para tratar efetivamente, antes de ir para câmara temática, depois vai para o conselho. São
90 passos que nós temos que dar de acordo com aquilo que a gente vai desenvolvendo nos trabalhos
91 diários, conforme permite o regimento interno do conselho com a presença de técnicos convidados
92 para assessorar nos temas e instrumentos de desenvolvimento urbano. **2) REUNIÃO DA**
93 **CÂMARA TEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR – CDM -**
94 **04/09/2014; Correção de situações que causam dúvida no mapa de zoneamento do solo - Anexo**
95 **09, transpondo as linhas de zoneamento que deverão ser inseridas no mapa cadastral do**
96 **município com a visualização dos lotes.** A situação atual é que a sobreposição das zonas encontra-
97 se no mapa do sistema viário, devendo estar no mapa cadastral; Isso faz com que o zoneamento de
98 alguns lotes gerem dúvidas por estarem situados em mais de uma zona (limite); Foi definido que o
99 **zoneamento do solo seja transferido para o mapa cadastral** como forma de corrigir dúvidas e
100 erros existentes. **3) REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO**
101 **URBANÍSTICA – CDM - 04/09/2014; Diagnóstico da Lei 3.901/1999; (Já elaborado)**
102 **Propostas de atualização desta legislação; Consulta pública solicitando manifestações no**
103 **sentido de contribuir na atualização desta legislação; Diagnóstico da Lei 2.847/1993; (Já**
104 **elaborado) Propostas de atualização desta legislação; (Em elaboração); Consulta pública**
105 **solicitando manifestações no sentido de contribuir na atualização desta legislação; Diagnóstico**
106 **da Lei 1.193/1975; (Em elaboração) Verificar todas as leis criadas (uso dos espaços públicos,**
107 **funcionamento de estabelecimentos e à higiene e ao sossego público) à partir dessa data que**
108 **poderão estar no novo código de posturas; Propostas de atualização desta legislação;**
109 **Consulta pública solicitando manifestações no sentido de contribuir na atualização desta**
110 **legislação.** Novas definições para os loteamentos, acompanhando a evolução urbana; O anel viário
111 possua definição da distância entre as rotatórias, e que estas tivessem um padrão de desenho;
112 Reuniões técnicas de trabalho. **4) REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DA POLÍTICA E**
113 **HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO E DA MOBILIDADE – CDM - 11/09/2014;** Foi
114 apresentado o conteúdo do termo de referência que constitui objeto a contratação de empresa
115 especializada para a Obtenção de Dados e elaboração de Atualização cadastral associado a ambiente
116 SIG, bem como a realização de Estudos, Pesquisas e Levantamentos, Análise de Dados, Elaboração
117 de Mapas Temáticos e Elaboração de Planos de Ações, visando a **Elaboração do Plano de**
118 **Mobilidade Urbana do Município de Criciúma, Santa Catarina, para o ano horizonte de 2030;**
119 Foi informado que as propostas deverão contemplar planos de ação de curto prazo, para
120 implementação até em 2020, médio prazo, para implementação até 2025 e longo prazo, com o
121 horizonte de 2030. Informou-se também que o desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana
122 deverá estar pautado nos princípios e diretrizes estabelecidos na **Lei Federal 12.587/2012**, que
123 instituiu a **Política Nacional de Mobilidade Urbana**; Valor deste contrato de licitação - **R\$ 800**
124 **mil.** Prazo para a elaboração deste contrato - **08 meses.** Como informado no dia desta reunião nós
125 recebemos aqui os representantes da ASTC, que é a empresa de segurança, transporte e trânsito de
126 Criciúma (autarquia) que está responsável pela elaboração deste plano viário de trânsito de
127 mobilidade, e eles já tem um processo licitatório em andamento, um termo de referencia já previsto
128 para um horizonte de até 2030, e que seguindo tudo que estabelece na lei federal nº 12.587 de 2012,
129 todos os parâmetros são colocados ali, foi montado um termo de referencia e este termo de

130 referencia esta sendo licitado para contratação de uma empresa que tem, terá 8 meses para a
131 realização deste plano e também vai chamar audiências públicas, vai chamar o Conselho para
132 participar, foi aquilo que a gente discutiu na Câmara temática, que essa Câmara é muito importante
133 que ela seja um dos instrumentos, um dos setores, digamos assim, para que se faça presente quando
134 houver uma discussão desse plano de mobilidade urbana que está previsto. O Arq. Rodrigo colocou
135 que já está em andamento, “está em processo ainda, teve uma errata agora, mas vai ser lá pela
136 metade em novembro a abertura da licitação”. A licitação é feita metade de novembro e os trabalhos
137 só iniciam em março, porque depende muita coisa do trânsito mais complicado para se ter subsidio
138 para se discutir. **5) REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DOS PLANOS E PROGRAMAS**
139 **ESPECIAIS – CDM - 18/09/2014; Gestão de recursos naturais e meio ambiente;**
140 **Desenvolvimento do turismo de negócios; Estruturação urbana e infraestrutura; Redução das**
141 **desigualdades sociais. ENCAMINHAMENTOS: - Plano de Arborização Urbana – Reunião**
142 **técnica Sec. de Planej. e FAMCRI; - Planos de Manejo das Z-APAs – Buscar orçamentos para a**
143 **elaboração; Incorporar pelo Cadastro do município para a expedição de Consultas Prévias o estudo**
144 **das áreas elencadas no Plano/Programa de monitoramento de encostas, morros e áreas de risco;**
145 **Criação de uma Comissão Técnica** que se reunirá para tratar da elaboração de uma metodologia
146 para a realização do **Plano de Turismo de Negócios**; Revalorização do centro da cidade, nas
147 questões de publicidade e propaganda em edifícios, fora do padrão exigido pela Lei existente,
148 ligando esse plano a questão de patrimônio arquitetônico das zonas ZEIHC - Zona de Especial
149 Interesse Histórico e Cultural - Essa discussão deverá ser pauta de reuniões futuras como
150 Departamento de Patrimônio da FCC; Plano de arborização urbana, antes de fazer está reunião, de
151 chamar a reunião da Secretaria de Planejamento com a FAMCRI, nós preferimos apresentar para
152 vocês, o que ficou definido, que nós vamos ter que nos reunir para montar, como que elaboraremos
153 esse projeto de Plano e arborização urbana, para definir realmente aquilo que consideraremos como
154 seja um processo daqui pra frente de que se plante direito nas vias públicas do município, qual o
155 tipo de árvore deve ser plantada nas vias públicas do município que não vai causar problemas tanto
156 de espécie quanto de iluminação de fiação e tudo mais. Quanto aos Planos de manejos para as Z-
157 APAS: Buscar orçamentos, pois, nós já temos um termo de referencia pronto, nós vamos buscar
158 orçamentos para a elaboração deste plano de maneira das Z-APAS, que é o zoneamento das APAS.
159 Incorporar pelo cadastro do município para as expedições de consultas prévias nos diário de
160 elencados nos planos, programas de monitoramento de encostas, morros e áreas de riscos; o
161 cadastro vai incorporar um mapa que foi desenvolvido pelo DNPN, em relação a todas as áreas de
162 risco, principalmente, de escorregamento, ou seja, no morro, no morro pode ter um escorregamento
163 do solo, por isso o mapa já vai ser inserido no cadastro municipal para assim que a pessoa pegar
164 uma consulta prévia verificar que naquele local pode acontecer um escorregamento, se esse local já
165 foi loteado no passado. Criação de uma Comissão Técnica para também elaborar a metodologia,
166 para a realização do Plano de turismo de negócios, ficou definido a Fundação Cultural de Criciúma,
167 onde tem o departamento de turismo do município de Criciúma, se reunirá para nós definirmos essa
168 metodologia do plano de turismo de negócios que é um assunto que está no nosso Plano Diretor que
169 é muito importante para a cidade porque a cidade não tem belezas, tão naturais assim, então nós
170 temos que partir para outro situação. Revalorização do centro da cidade nas questões de publicidade
171 e propaganda em edifícios fora do padrão exigido pela lei existente ligando este plano a questão de
172 patrimônio arquitetônico na zona especial de interesse histórico e cultural. Então isso é uma
173 discussão que teremos que levar junto a Comissão de Tombamento da Comissão Municipal de
174 Cultura da Fundação de Cultural de Criciúma. **Plano das bacias hidrográficas - Bacia do Rio**
175 **Criciúma** - o estudo está avançado e será posteriormente encaminhado ao Ministério Público

176 Estadual para audiência pública de apresentação do mesmo; para discutir algumas questões relativas
177 a afastamento, em relação ao rio, a gente sabe que 30m na região central não dá mais, então a gente
178 está explicando o porquê não dá mais 30m na região central e a partir de um ponto se exigirá ou se
179 exige, a partir de hoje, de agora, esses 30 metros em todos os rios, então isso já está quase pronto à
180 gente vai trazer para uma reunião do Conselho esta apresentação também o plano fica totalmente
181 pronto. O departamento de habitação para atingir uma meta de moradias sendo para as habitações
182 verticais para a faixa 1 não tem se mostrado adequado, o que acontece o modelo adotado de blocos
183 de apartamentos não está funcionando para a faixa 1 que é a faixa de R\$ 0 a R\$1.600, então não está
184 funcionando os apartamento no modelo de apartamento de bloquinhos de apartamento então
185 temos que partir para lotes, loteamento de conjunto habitacionais unifamiliares, porque o
186 multifamiliar não está resolvendo por uma questão cultural que a pessoa não se adapte num
187 apartamento. A constatação que se tem disto é problemas pós-ocupação, condomínio, faixa etária,
188 convívio, barulho. A questão para não polemizar que não é o caso agora é aquele cidadão que nunca
189 morou em condomínio quando vai morar ele quer fazer tudo conforme ele fazia na casa, como por
190 exemplo, pegar um frigideira com azeite e jogar pela janela afora. Essas situações estão sendo
191 criadas no município e nos chamamos aqui de bomba relógio temos 3 bombas relógios para estourar
192 a qualquer momento, infelizmente, por falta até da presença da legislação da regulação,
193 regulamentação de qualquer nome que vocês queiram dar ai. O loteamento unifamiliar entra o
194 problema do preço da terra daí que dar fazer a conexão da outorga onerosa quem pode pagar lá só
195 que tem que ter lucro lá transfere para quem não pode pagar nós temos que aumentar e pensar bem
196 antes de fazer as coisas. Departamento de habitação para atingir uma meta de fornecimento de
197 novas moradias, sendo que o modelo de habitações verticais para a faixa 1 não se tem mostrado
198 adequada, devido aos conflitos de uso dessas habitações. Em relação aos loteamentos horizontais o
199 problema é o preço da terra que dificulta esses novos loteamentos. Na regularização fundiária o
200 problema mais evidente é a burocracia principalmente dos cartórios e Ministério Público, o que
201 atrasa o processo. Na regularização fundiária a burocracia é a dos cartórios e MP que atraso o
202 processo ou seja é o tempo Brasil, o tempo Brasil não dá mais para aguentar, ou mexe nisso ai ou a
203 coisa não anda. **6) REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E**
204 **REVISÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO, PLANTA GENÉRICA DE VALORES, PLANO**
205 **PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – CDM -**
206 **25/09/2014;** O novo zoneamento do solo valorizou áreas da cidade isto deverá refletir na planta de
207 valores, não é o que ocorre hoje a planta de valores ela é uma planta de 1984 e sofreu várias
208 atualizações durante este período só que ela tem que valorizar mais os locais adequados. Hoje
209 Criciúma tem uma planta genérica que divide a cidade em 16 zonas fiscais, o mapa ainda de 1984
210 com atualizações feita no sistema viário de 1999, porque as regiões parecidas urbanisticamente
211 possuem alíquotas diferentes, é aquilo que a gente conversou também nesta reunião porque que as
212 vezes o Michel está com uma alíquota diferente do Pio Correia ou algum outro caso semelhante
213 então a gente tem que ver isso ai. No mapa algumas áreas de zoneamento não batem com o desenho
214 da zona fiscal deverá estudar os condicionantes dos valores. O que vai ser cobrado para se
215 transformar em valor de IPTU, ITBI que está super desvalorizado em relação a outras cidades
216 inclusive da nossa região apesar do reajuste que houve esse muito baixo realmente e porque está
217 muito baixo porque o valor de cartório está muito caro então tem que se achar um equilíbrio nesta
218 comparação. Estudo da revisão de Plantas Genéricas de valores adequando a realidade de mercado.
219 Qual foi o encaminhamento que foi dado a equipe da secretaria de planejamento e gabinete ficaram
220 responsáveis para darem andamento nestes estudos e vai se chamar também para uma reunião para
221 definir ações a serem tomadas para os próximos anos, porque não é uma questão que vai ser do ano

222 para outro tem que pensar bem. Essas considerações foram o que realmente tratamos nas câmaras
223 temáticas durante este mês de setembro para fazer um resumo de tudo o que foi tratado. Nós
224 teríamos agora os processos administrativos, porém vamos deixar para a próxima reunião do CDM.
225 Só tem uma questão aqui que eu vou levantar no final da reunião que é um convite que o conselho
226 recebeu do Estado. Nós recebemos um convite da **Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania**
227 no qual eles estão agendando uma **reunião na comunidade do Morro Albino, no salão paroquial**
228 dia **23/10/2014** às **19h30min**, eles vão apresentar o **projeto do CASE**, como funcionará se
229 implantado. Há dois locais que nós já apresentamos aqui. Em relação a pauta da
230 inconstitucionalidade o Presidente do CDM informou que recebeu no começo desta semana um
231 ofício endereçado a ele enquanto presidente deste conselho, de seguinte teor: "Senhor Presidente
232 encaminho anexo o presente ofício juntamente com cópia da petição inicial e despachos extraída da
233 Ação Direta de Inconstitucionalidade 20140641067 que é requerente MPSC contra o Município de
234 Criciúma para prestar as informações que entender necessárias no prazo de dez dias." Eu vou passar
235 a palavra ao Dr. Fernando que também é membro desse conselho e que também é especialista em
236 direito ambiental, já que esta ADIN ela trata de questões ambientais também e também já teve
237 conhecimento da petição e vai poder explicar melhor exatamente do que se trata a ação e o que o
238 MP quer. O Dr. Fernando Bongioiolo desejou uma boa noite a todos e está representando a OAB, a
239 OAB tem vários comissões como ambiental, família, etc. Foi convidado pelo presente para
240 participar do Conselho na condição de Presidente da Subcomissão do meio ambiente que é minha
241 área de atuação e inevitavelmente as questões de meio ambiente estão intimamente ligadas ao plano
242 diretor e aos temas que são debatidos neste conselho isso é inevitável, então isso vou ser assim
243 didático e elucidativo, porque se houve na mídia que o Supremo Julga Ação Direta de
244 Inconstitucionalidade, isto é sabido por todos, no entanto o Estado de Santa Catarina, também tem
245 uma Constituição, sendo que esta também deve ser respeitada e o Tribunal de Justiça, quando se
246 reúne todos os desembargadores, chamados de tribunal pleno, ele julga ações que entende-se estar
247 contrária violando a Constituição do Estado de Santa Catarina. Neste caso específico o Ministério
248 Público Estadual ingressou com a esta Ação Direta de Inconstitucionalidade, que vou começar
249 chamar de ADIN para ser mais fácil contra Lei Complementar emanada da Assembléia da Câmara
250 de Vereadores, que aprovou, sancionou as resoluções elaboradas neste conselho, ou seja, o conselho
251 elaborou resoluções sobre determinados assuntos enviou para o prefeito municipal e o prefeito
252 envia projeto de lei a câmara de vereadores, a câmara de vereadores submete à apreciação e aprova
253 ou não aprova, por isso que a ação direta é contra a Lei Complementar 108 e as resoluções 1 a 5 do
254 Conselho de Desenvolvimento Municipal. Qual o objetivo do pedido dessa ação o MP pede ao final
255 declarar a inconstitucionalidade absoluta da lei complementar e das resoluções emanadas pelo
256 conselho de desenvolvimento municipal, por ofensa aos artigos 111 e demais da Constituição do
257 Estado de Santa Catarina, o que isso significa, declarando-se a inconstitucionalidade dessa lei
258 complementar retorna-se ao estado anterior do plano diretor, o que o ministério público alega e aqui
259 eu quero fazer um parênteses e eu não estou aqui para defender ou acusar, julgar ou emitir juízo de
260 valores, o meu principal papel é ser elucidativo, explicar o que está acontecendo. O MP alega em
261 síntese o seguinte: que no procedimento adotado pelo conselho houve uma falha segundo o
262 promotor de justiça isso é entendimento dele e qual seria esta falha a ausência de audiência pública
263 para alterar o plano diretor entendendo entre alguns pontos que como o plano diretor necessita de
264 audiência pública para aprovação qualquer alteração também necessita de audiência pública,
265 entendendo também que a audiência pública ela conclama a participação da população diretamente,
266 ele entende que esse conselho que apesar deste conselho representar uma série de entidades uma
267 comunidade não é igual a população, não significa audiência pública esse é o entendimento dele,

268 claro com base na legislação nos entendimentos do tribunais isto é questão de interpretação, então
269 por coincidência ou não as resoluções de 1 a 5 tratam de alterações de zoneamento urbano onde
270 determinadas áreas de proteção ambiental tornaram-se áreas residências e/ou industriais, o promotor
271 alega que esta alteração não visa atender o interesse público visa atender interesse particular e não
272 interesse público da coletividade e alega também que em questão ambiental não pode se haver um
273 retrocesso do que foi conquistado sem o devido processo de análise, interpretação, participação
274 popular, via de regra não se volta atrás daquilo que já foi definido como de proteção; isto também é
275 fundamentado pelo promotor, outro ponto interessante de se explicar aqui, ele cita algumas decisões
276 do Tribunal de Justiça e cita como nós chamamos de decisão paradigma, decisão que inicia tudo
277 isto uma ADIN do Município de Itajaí, onde foi adotado esse procedimento não sei precisar se com
278 todos os tramites que este conselho seguiu, mas que foi declarado inconstitucional em Itajaí e faço
279 uma nova consideração em relação ao Plano Diretor. O Plano Diretor é um organismo vivo em
280 constante modificação e ao menos a cada dez anos deve ser feita uma revisão do plano diretor,
281 então ele está em constante transformação, então ele alega não é que esse conselho não poderia
282 conduzir essa alteração, ele simplesmente alega que o conselho pecou no momento em que não fez
283 audiência pública e volto a dizer não estou aqui defendendo a correção ou a incorreção estou
284 deixando bem claro qual é o argumento do promotor, ele pede também nesta ação uma liminar uma
285 medida de urgência para se suspender a eficácia suspender o que foi alterado do plano diretor, o
286 tribunal já analisou este pedido e entendeu que não é viável num primeiro momento, sem ouvir a
287 parte contrária, as informações emitir qualquer liminar suspendendo a eficácia destas resoluções da
288 Lei Complementar que anuiu as resoluções, então hoje qual é o estágio deste processo o relator
289 mandou intimar mandou citar, buscar informações para os participantes do processo de um modo
290 geral, onde o presidente do conselho foi citado intimado para prestar as suas informações em nome
291 do conselho, câmara de vereadores também vai fazer o mesmo papel, o prefeito municipal também
292 vai fazer o mesmo papel, neste procedimento, ao final deste processo o tribunal vai julgar pela
293 correção ou não do procedimento adotado pelo conselho, qual a diferença a ser destacar por ser por
294 uma Ação Direta de Inconstitucionalidade uma vez o tribunal venha a entender que o procedimento
295 adotado por este conselho foi incorreto ele serve de parâmetro para todos os demais que possam vir
296 a acontecer no decorrer do julgamento da ação, em vários casos jurídicos existem isto, mas a ADIN
297 ela tem esse contexto muito mais claro que seja julgou e aquilo não se mexe mais até que se tenha
298 uma alteração muito significativa, acredito que seria melhor até após o encerramento da minha fala
299 o nosso presidente Juliano Deolindo vai expor a posição que o conselho vai apresentar no
300 julgamento e acredito que até depois nós poderíamos esclarecer algumas dúvidas de maneira
301 simples e rápida deste assunto. A seguir o presidente do conselho Juliano Deolindo assim se
302 posicionou: Nós precisamos responder essa ação, eu preciso responder em nome do conselho
303 enquanto presidente, eu fiz uma minuta das informações esclarecendo sobre tudo o que é
304 argumentado nessa ação pelo MP, na verdade contra argumentando, quando trouxemos aqui aquela
305 sugestão do MP de suspender as decisões neste sentido o conselho na sua unanimidade á época
306 entendeu que não deveríamos acatar a sugestão do MP e por isso prosseguir e é exatamente neste
307 sentido que eu estou prestando as informações eu não tenho como ler tudo, são 22 paginas da ADIN
308 e são pelo menos 10 aqui de informações onde eu relato tudo o que o conselho fez desde pareceres
309 técnicos homologados pela secretaria por técnico da secretaria, homologado pelo secretário, análise
310 e apreciação pela câmara temática respectiva, análise e aprovação pelo conselho e encaminhamento
311 para a elaboração do projeto de lei, analise a aprovação pela câmara de vereadores, então eu explico
312 nestas informações passo a passo, explico que entendemos pela participação popular sim, já
313 apresentando defesa neste sentido, embora a gente não defende porque não é réu, a gente só presta

314 informações, mas nestas informações de certa forma vai a nossa defesa entendendo o porquê que no
315 nosso entendimento estaria correto, cito aqui vários artigos do plano diretor onde fala por exemplo
316 as atribuições do conselho. Deliberar sobre a criação, extinção modificação de normas oriundas do
317 poder público que versam sobre o planejamento físico e territorial, de certa forma é o que a gente
318 faz quando altera zoneamento. Coordenar em conjunto com o órgão de planejamento municipal
319 legalmente instituído a atualização complementação ajuste e alterações deste plano diretor de suas
320 legislações complementares. Art. 90 – qualquer solicitação de alteração de leis integrantes do plano
321 diretor deverá ser encaminhado ao órgão de planejamento municipal legalmente instituído que
322 emitirá parecer técnico levando posteriormente a apreciação e deliberação do Conselho do
323 Desenvolvimento Municipal – CDM, que é formado por 72 membros titulares e suplentes. Com
324 relação a especificamente da participação popular, cito o artigo 18 que a participação popular no
325 processo de planejamento urbano no município de criciúma se dará primordialmente pela
326 representatividade do cidadão que por meio dos conselhos municipais que serão compostos por
327 representantes lideranças locais entidades pública e privadas e fatores e associações e afins. E por
328 último, outro artigo que cito é assegurada a participação direta da população no processo de
329 planejamento da política de desenvolvimento do município mediante as seguintes instâncias de
330 instrumentos de gestão democráticas municipal, especificamente o inciso I. O Conselho de
331 Desenvolvimento Municipal, falo o tempo todo entendendo da legalidade do procedimento e
332 realmente houve a participação popular que entendemos estar aqui representado e concluo que
333 entendendo haver justificativa técnicas e garantias da participação popular nas decisões que
334 originaram as resoluções contestadas, conseqüentemente respeito a legislação competente
335 entendemos que não procedem as argumentações trazidas pelo MP, assim concluímos as
336 informações, claro que a depender do que ouvimos aqui a gente pode acrescentar, suprimir, enfim,
337 alterar algo que está aqui, fiz com o máximo de carinho possível entendendo realmente a minha
338 pessoa não enquanto cidadão acredito estarmos respeitando a legislação, mas claro como estava
339 conversando com o doutor Fernando a atuação do Conselho são coisas relativamente novas
340 especialmente conselhos de plano diretor. Os Planos Diretores Participativos são coisas novas no
341 âmbito nacional, então dúvidas sempre irão surgir, formas, procedimentos, ninguém dificilmente
342 poderia prever que o MP iria entender que isto não é participação popular, então tudo isso é
343 policiado, é novo e como o conselho decidiu pelo procedimento das atividades no mesmo sentido
344 nós apresentamos as informações neste exato sentido apresentando a defesa na melhor maneira
345 possível. O Sr. Jader Westrup fez uma consideração, vamos deixar para as perguntas. A Dra. Erica,
346 procuradora do município, para suas considerações. Depois é passada a palavra para o Mário,
347 Roberto, Diogenes, Ayser, Zeta, Júlio Colombo e o Michels. A Dra. Erica assim colocou: Eu vou
348 ser bem sucinta até porque os colegas aqui já explanaram basicamente tudo. É porque assim além
349 de conselheira eu também sou suplente da Ângela que é quem faz as atas, eu também queria colocar
350 que como procuradora do Município efetivamente quem vai fazer a defesa neste caso da ação
351 somos nós ali da procuradoria, no especial acho que vai ser eu mesma porque estou por dentro desse
352 caso. É como o doutor Juliano já colocou nós sabíamos que ia acabar sobrevivendo este tipo de ação
353 pelo fato de que o MP fez a recomendação nós colocamos aqui, eu participei no dia da explanação e
354 com a negativa não restava outro remédio do MP senão acionar aquilo que ele acha que está na
355 razão que é a afronta a legislação no caso da estadual, no que diz respeito ao entender que teria sido
356 efetivamente constado a participação popular na elaboração dessas nossas modificações ao plano
357 diretor. Nós estamos bem convictos por tudo o que explanamos que este conselho tem sim a efetiva
358 participação popular e a palavra expressa “audiência pública” não aparece na constituição, então
359 tudo isso abre essa margem para discussão que é o que nós faremos agora, nesse debate da ação. O

360 MP entrou com ação ela passou já por presidente do conselho, passou também pelo advogado da
361 câmara, nós já entramos em contato com ele que nos temos um relacionamento bom, ele entende
362 também desta mesma maneira que nós, e que não tem vício de inconstitucionalidade e a partir de
363 então vai chegar ainda a minha defesa e a defesa do prefeito, porque eles nomeiam os dois o
364 prefeito e o procurador geral, a partir daí é que se vai ter o julgamento da ação, acreditamos que
365 esse ano é praticamente morta, mas por um lado não foi dado/atribuído efeito suspensivo, então
366 teoricamente a lei está valendo, está produzindo os efeitos, ela continua se nós quisermos continuar
367 dando os encaminhamentos, como se faz pode colocar porque até então não tem nada decidido a
368 respeito só lembrado que se determinar pela inconstitucionalidade e aí por cascata todo o resto vai
369 acabar vindo porque vai ser só o caso ou nós tomamos a medida de recolher as demais e já pedir a
370 própria revogação ou o MP vai entrar com uma ação após a outra se for o caso, mas enfim a gente
371 vai aguardar e agora nós abriremos para os debates e maiores esclarecimentos, mas em síntese, é
372 isso. Mário: vou tentar ser breve, meu ponto é o seguinte além de um parecer que me parece que é
373 pessoal do promotor referente ao que foi discutido aqui neste conselho, houve alguma denúncia da
374 coletividade referente ao que foi modificada e aí eu entro no meu ponto, porque na verdade o
375 promotor se coloca como defendendo a coletividade enquanto ele se coloca contra a verdadeira
376 coletividade que está sendo representada aqui pelos membros que estão presentes e eu pergunto se
377 não tem como nós acionarmos e talvez movermos uma ação contra o MP por estar movimentando
378 toda esta máquina pública e utilizando uma carta desse tamanho contra a gente enquanto nós na
379 verdade somos a coletividade, porque muito difícil algo como esse ser aprovado por unanimidade
380 por um conselho tão grande quanto ele tem aqui e com pareceres e pensamentos tão diferentes e de
381 fato foi aceito, então essa a minha pergunta porque na verdade quando nós discutimos "custo
382 Brasil" a burocracia e por causa de coisas como esta que ocorreram, então é este o meu ponto de
383 vista. A Dra. Erica tem um ponto importante aqui ele perguntou sobre a denúncia que ele
384 perguntou. (Juliano) com relação a denúncia particularmente desconheço, também não ouvi falar de
385 nenhuma, (Erica) acho que ele que instaurou o inquérito por conta, acredito. (Jader) Presidente
386 deixa eu colocar uma coisa aqui que talvez a maioria não lembre ou até não saiba. Quando nós
387 recebemos a recomendação nós viemos no conselho e dissemos nós fomos lá conversar com ele
388 pessoalmente, nós pegamos o presidente do conselho, os técnicos que trataram o assunto e fomos lá
389 conversar sobre os assuntos e eu perguntei diretamente a ele se isto estava sendo demovido por
390 conta de que havia uma denúncia ou porque simplesmente era uma interpretação ele não disse que
391 havia denúncia e disse que tinha um interpretação que acreditava que estava incorreto por conta,
392 inclusive fez esse comentário, que vocês estavam lá por conta de que o plano diretor não foi
393 aprovado na sua regularidade. E eu perguntei assim, mais doutor o senhor está questionando então
394 um problema lá atrás ou a atividade do conselho. Não estou questionando a atividade do conselho, o
395 conselho está certo isto significa dizer que ele não está questionando o que o conselho está fazendo
396 o trabalho, até porque existe uma lei e bem lembrado esses dias aí o Sr. Diógenes disse: olha o
397 prefeito pode ficar irregular na sua questão eleitoral por conta de não cumprir a lei. Então nós
398 estamos fazendo esse trabalho. Esse é o ponto. Eu acredito que não é uma movimentação do próprio
399 Ministério Público por conta de que ele acha que nós estamos mexendo na questão das Z-APAs,
400 lembrando muito bem que nós não autorizamos nenhuma derrubada de árvore, nada disto, nós
401 regularizamos situações erradas no mapa e indústrias que estavam lá e não estavam mais sendo
402 utilizados os galpões por conta de que lá é uma Z-APA, então ou seja, na falta de um plano de
403 manejo, nós da câmara temática e conselho de desenvolvimento municipal - CDM podemos fazer
404 essas modificações. A 2ª parte, particularmente entendo que não, ao meu ver o MP por mais que eu
405 entenda a tua indignação que é a nossa também eu acredito que o MP está equivocado e ponto. Se

406 de fato isso nos move e ponto. Isso é o entendendo dele e por si só geraria. Ele está tentando fazer
407 uma ação se por ventura ele ganhar essa ação é outra conversar ai tem outra história pela frente.
408 Roberto, isso implica de que se ele ganhar a ação as pessoas ou os imóveis que a gente modificou
409 vai retroagir, vai voltar ao status que era antes. Essas pessoas que tiveram a ação modificada por
410 nós, eles estão sendo comunicados disso. Não, porque a ação não foi julgada ainda, mas é assim a
411 ação não foi julgada, mas cabeça de juiz ninguém sabe. Tânia disse que as aprovações dessas
412 licenças com relação a essas cinco primeiras resoluções. Nessas cinco já teve movimentação de
413 solicitação porque assim existe uma lei vigente e ela vai estar em vigor até declaração contrária
414 porque a lei não foi suspensa ela continua valendo mas essas ações vão retroagir. Se houver uma
415 decisão que é inconstitucionalidade as decisões tomadas elas vão retroagir, mas vai ser uma
416 situação tratada lá na frente que nós não sabemos, nós não podemos parar por conta disso. O que ele
417 está falando é o seguinte, se lá na frente retroage a lei e se essas pessoas estão sendo avisadas do
418 risco que elas correm. Jader disse que iria resumir para o Roberto; eu vou resumir para ti.
419 Provavelmente sim, os cinco casos foram grandes casos, os piores que nós tivemos aqui e nós já
420 tivemos algumas ligações na secretaria perguntando como é que vai ficar. A minha resposta,
421 contínuem fazendo o seu trabalho porque esta regular. Giuliano questionou para os presentes; olha
422 só pessoal o uso de galpão lá no Capão Bonito, um galpão numa área que pode ser comercializado é
423 o único galpão que a família tem porque aquilo ali virou área de Z-APA, porque o galpão fica nas
424 margens da área porque não tem área verde, tem gramado, não tem declividade, não tem nada que
425 foi analisado porque precisa de uma audiência pública "monstruosa" que a gente vai ter participar
426 bancar toda aquela região para definir o uso de um galpão naquele local, ainda a justiça de meio
427 ambiente está usando a energia a toa. Jader, vamos colocar assim marco zero a lei foi aprovada lei
428 complementar. Foi julgado inconstitucional ela teve um período em que ela ficou valendo, o que se
429 aconselha para alguém que pretende construir algo ali novo, tem risco depois vai ter uma
430 indenização do poder público, não se sabe, quer assumir o risco, mas a pergunta é só se eles estão
431 sabendo. Bom nestes casos que me ligaram eu já dei a informação para eles do que esta
432 acontecendo. Na Ação ali são só cinco, são os cinco primeiros casos, eu acho que esses cinco eles já
433 sabem. O Sr. Diógenes pediu a palavra: Eu estou vendo assim pela importância do que foi dito ali
434 que essa vez ela vai gerar um grande paradigma em relação aos planos diretores de outros
435 municípios e eu estou constatando que seguinte e essa vai definir algumas janelas. Essa janela vai
436 definir o que é participação popular, se for julgado inconstitucional nos entramos de "gaiato". A
437 minha surpresa como participante de toda a história do plano diretor foi que eu mandei à época eu
438 denunciei para o MP, eu fui lá e apresentei um relatório e que ia preso no mínimo 20 pessoas,
439 infelizmente, eu fiquei tão irritado que deveria ter mandado esse bendito relatório de elaboração do
440 plano diretor ao Conselho Nacional do MP. Ele quis brigar comigo porque eu disse que não resolvia
441 nada, ai ele achou interpretou errado. E qual foi a resposta que ele me deu juntamente como os
442 participantes do plano diretor que ele não queria, a lei assim era inconstitucional. Ele é um fiscal da
443 lei tanto da atual como a que se está elaborando, a resposta dele foi uma, eu não quero que a
444 sociedade me julgue que eu estou atrapalhando a elaboração do plano diretor, apresentei a ele e leu
445 mas 200 alterações na elaboração do plano, enquanto Florianópolis teve cinco e estão naquela briga,
446 nos tivemos mais de 200, qual minha surpresa... entra no plano diretor esse bendito que está ai. Uma
447 das emendas quando a gente elaborou o plano diretor estabeleceu que a área ali sobre muito
448 protesto, aquela ali pelo Mampituba aquelas áreas ali seria predominantemente para condomínios e
449 que aconteceu o vereador Zilli colocou uma emenda transformando umas áreas ali em áreas
450 industriais, passou essa, foi uma das medidas que não foi feito audiência pública, nada. O que
451 acontece entra no plano diretor pedindo que a gente retorne a situação que nós aprovamos, olha só a

452 falta de bom senso, o fiscal da lei não quis porque achava que prejudicava a sociedade e a sociedade
453 ia ter uma imagem dele que ele estava prejudicando o desenvolvimento do município, assim não
454 quis que terminasse corretamente com diálogo, depois ele mandou uma recomendação onde eu fui
455 um dos que me pronunciei pedindo que não aprovasse ou seja, esta situação caracteriza atraso no
456 desenvolvimento público e social do município. Se você é contra uma coisa e depois você pede para
457 parar tudo você está realmente fazendo o "custo Brasil", fala é isso aí o que acontece agora é
458 justamente a situação se for aprovado e esta declarado inconstitucional não vamos conseguir mais
459 nada, a pergunta do Mario ele perguntou se teve denúncia, eu não estava lá mas o que conheço do
460 poder judiciário ele não se locomove sem que seja acionado. Mas eu acredito que se virar um
461 processo que julgue nos precisamos ganhar isto de qualquer maneira, não só pelo local aqui, mas
462 pelo Brasil inteiro, pois o Estado de Santa Catarina vai servir de paradigma, daí tudo quanto
463 promotor, advogado, e vai estabelecer que os conselhos de desenvolvimento municipal são
464 participação popular sim. Ayser disse: Bem eu estava na noite em que foi discutido, acho que faz
465 duas ou três reuniões passadas eu lembro que não foi por unanime a aprovação, a Zeta votou contra
466 e eu me abstive, lembro que alguém recomendou que se entrasse de solo contra o promotor eu disse
467 vamos com calma, não vamos brigar vamos procurador entender o que ele quer porque não sabemos
468 até onde ele quer ir não sabemos bem a questão tem razões de um lado e do outro e acho que a
469 gente em que ponderar muito bem enfim esta foi a decisão, os demais votaram pela resposta ao MP,
470 confirmando a decisão do conselho e eu continuo com a mesma posição que ele deve continuar com
471 a ação dele porque ele tem suas razões e o conselho já decidiu o que tinha que decidir agora eu temo
472 não por paradigma que a gente pode ser, mas ao contrário do Diógenes a própria lei do plano diretor
473 prevê sua revisão ao menos uma vez a cada dez anos e o nosso plano fala em 5, então eu vejo que
474 nós estamos a cada assunto revisando o plano diretor, essa é a questão porque modificação de
475 zoneamento é revisão de plano diretor e numa das vezes que nos falamos em nossas reuniões
476 preliminares a formação do regimento interno do conselho me lembro que expressei ao demais
477 pares no seguinte sentido, se pensava que estou ali para assinar a concordância com o benefício de
478 assuntos particulares de cada um, então não contem comigo, se é para o bem da comunidade do
479 bem público para o bem comum conforme diz o plano diretor e o promotor. eu levo aqui a plenário
480 a minha preocupação e o meu não aceite, eu não aceito participar de solução de problemas
481 particulares, acho que aquilo que foi votado a maioria já tinha votado, eu não participei da votação.
482 O Eng. Joacir Milanez até questionou os mapas (nós não temos perímetro urbano no Município de
483 Criciúma) em função disso há áreas que consta como APA e não são APAs, tem erro referente neste
484 sentido acho que houve até bom senso nosso na aprovação dessas resoluções, havendo um certo
485 equilíbrio na votação; o Sr. Ayser disse não estar aqui fazendo criticas, é o que eu acho, mais uma
486 vez reafirmo não contem comigo com minha assinatura e votação para coisa que não sejam do bem
487 comum. O Sr. Jader disse ao Sr. Ayser, que o desculpe mas era obrigado a falar, até porque nós da
488 secretaria de planejamento também não contamos com esta possibilidade, nós recebemos as
489 demandas e julgamos tecnicamente, inclusive eu, o Arq. Giuliano e a Arq. Tânia estamos recebendo
490 pressão de tudo quanto é lado para fazer algumas coisas que nós não vamos aceitar, e podem; eu
491 vou dizer para o senhor agora em público isso já disse em outras reuniões, pode me tirar da
492 prefeitura se for para fazer irregularidades, isto está dito mas tudo o que foi julgado, falado ou
493 acertado aqui ele está sendo socializado para que nós decidamos pelo melhor e o melhor como diz o
494 Eng. Milanez. O Sr. Diógenes, inclusive nos ajudou bastante numa das questões que envolvem as
495 Z-APAs e que não existem e estão lá como Z-APAs e tem que corrigir, pois este conselho tem esta
496 prerrogativa. A prefeitura de Criciúma está adquirindo equipamentos para se fazer o
497 georeferenciamento, e tudo nós estamos conseguindo via Secretaria de Planejamento, conseguindo

498 assim aprovar algumas coisas que estavam paradas a muito tempo na prefeitura. A Sra. Zeta disse
499 que o Ayres lembrou que nós recebemos a recomendação do MP e eu fui a favor da recomendação
500 do MP até porque as Z-APAs embora estejam em desacordo, encomendado o plano de manejo a
501 comunidade deverá tomar conhecimento do que pode o que não pode e se tiver interesse de uma
502 modificação tem que fazer uma audiência pública sim e o representante da comunidade poderá
503 inclusive levar essa informação à população. O conselho pretende fazer um pedido de modificação
504 do zoneamento de uma gleba porque tem Z-APAs, que foram feitas vários ajustes de glebas porque
505 estavam totalmente equivocadas, mas equivocadas ou não, mesmo sendo uma pontinha esta
506 determinação como Z-APA então como Z-APA, esta deve ser respeitada através do plano de
507 manejo mesmo que seja uma pontinha e modificado sim, depois de ouvida a comunidade, se ela
508 aceita ou não é o que eu penso e acredito que o MP está se baseando na legislação federal o MP não
509 esta inventando história para atrapalhar, está muito bem embasado em legislação federal e eu não
510 discuto recomendação do MP em momento algum. O Sr. Jader pediu apalavra e colocou que todos
511 aqueles processos que foram verificados até agora não havia necessidade de ir lá na comunidade
512 porque eram áreas consolidadas como galpões que já existiam há mais de 20/30 anos, áreas que já
513 foram suprimidas como áreas de vegetação há mais de 40 anos, então tudo foi levado em
514 consideração na questão técnica, por isso o conselho na sua maioria aceitou por conta de que nós
515 estávamos avaliando aquilo que já estava lá por falta do plano de manejo, agora, nas áreas que
516 existe efetivamente áreas de proteção e/ou preservação consolidada nenhum dos conselheiros aqui
517 aceitou a supressão, tanto é que teve umas áreas que vieram aqui pedir para derrubar mata e não
518 aceitamos lembram senhores conselheiros, então Sra. Zeta. O Vereador Júlio Colombo dá boa noite
519 a todos eu diz ser suplente aqui e acabou de ser nomeado suplente, eu sou presidente da Comissão
520 de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores então nos tivemos um amplo debate na
521 comissão a respeito da inconstitucionalidade ou não, e nós entendemos que a partir do momento da
522 aprovação da Lei do Plano Diretor que nós demos muita importância para esse conselho, nós
523 entendemos que a partir do momento que todas essas retificações, vamos colocar assim, elas
524 venham referendadas por um conselho, nós também entendemos ser constitucionais, nós não vamos
525 aprovar qualquer tipo de alteração sem a resolução do conselho, porque nós analisamos que aqui
526 também está a representatividade popular e como a Câmara também o é, nós nos reunimos os
527 membros da Comissão de Constituição e Justiça debatemos o assunto e chegamos a conclusão de
528 como o conselho representa a população e a partir do momento em que venha referendado que
529 passaram pela comissão técnica, câmara temática e conselho, nós temos sim que aprovar porque se
530 você mandar uma resolução para o MP avaliar antes de fazer qualquer projeto de lei ele vai se
531 recusar a fazer isso dizendo que administrativamente ele não pode fazer análise então ele só pode
532 movimentar depois da aprovação da lei e ele age corretamente dentro da prerrogativa do MP como
533 fiscal da lei, ele pode agir de ofício, só para informar o conselho que lá nós vamos referendar a
534 constitucionalidade se sair aqui do conselho qualquer alteração. O Sr. Michels disse que a luz de
535 tudo o que foi falado aqui e ele não vou discutir nem a favor nem contra o MP e aquilo que nós aqui
536 nos doamos pro bem da coletividade. A pergunta é se isso não está criando uma pendência e isto ai
537 está abrindo uma possibilidade, vale a pena a gente continuar discutindo aqui e aprovando situações
538 como a que já ocorreram para depois ser questionado pelo MP? Será que não vale a pena a gente
539 primeiro aguardar o desfecho desta história toda para depois voltar a discutir novas possibilidades
540 de correções. O Sr. Jader disse que por convicção se nós pararmos agora estamos dizendo que ele
541 está certo e minha opinião, ai, claro depende de todos os outros conselheiros também. Quando eu
542 vim para cá tirei tudo isso da gaveta porque o Arq. Giuliano e a Arq^a. Tânia estavam com
543 dificuldade de fazer as coisas andarem dentro do Município, por conta de não haver uma

544 regulamentação, não havia discussão, não havia nada, eu tenho convicção Sr. Michels do seguinte:
545 Nós temos que continuar sim, porque nós estamos dentro de uma legalidade eu não estou
546 enxergando nenhuma irregularidade em tudo o que nós fizemos aqui, volto a dizer pressão nós três
547 sofremos bastante lá, eu pior ainda, porque o Arq. Giuliano e a Arqª. Tânia são funcionários de
548 carreira, são funcionários públicos concursados, e eu estou só de passagem. Eu volto a dizer ao Sr.
549 Ayser diretamente também não aceito esse tipo de pressão e não vou fazer nenhuma ilegalidade, eu
550 quero fazer isso que nós estamos fazendo aqui, nós poderíamos ter polemizado menos porque nós já
551 tínhamos decidido isso dentro do conselho que nós iríamos não acatar a recomendação do MP, nós
552 fomos lá fazer esclarecimentos, convidamos ele para vir aqui, mandamos convite para ele participar.
553 Então por convicção vale a pena sim, nós temos convicção ou não temos que estamos certos que
554 nós estamos fazendo as atitudes corretamente e se não tivermos essa convicção então realmente, ai
555 infelizmente é melhor sair. O Sr. Juliano Deolindo, presidente do conselho complementou a
556 resposta do Sr. Jader, sendo que esta ação é específica aos cinco processos, as resoluções e desta lei
557 embora ainda não fosse específico nossas decisões elas falam especificamente de algumas
558 alterações de zoneamento em Z-APAs sendo isto a que ela se limita no mais todas as decisões do
559 conselho não estão sendo questionadas, então vale, agora especificamente com relação a alteração
560 do zoneamento Z-APA, é interessante continuar ai é uma outra questão, mas só isso. No mais com
561 certeza o conselho deve continuar. A Arqª. Tânia lembrou aos presentes que já fomos questionados
562 em relação a forma de como o plano diretor foi elaborado, teve uma ação contrária a tudo isso, o
563 MPF entendeu que as alterações aconteceram dentro do previsto e ai deu-se por encerrado. Teve
564 outros casos como a nível de inquérito civil. No caso dos prédios onde ele está questionando que
565 nós tínhamos aumentado o numero de pavimentos, o que isso tem a ver com o meio ambiente ele
566 questiona tudo isso, isso não é abuso de poder? O Dr. Fernando Bongioiolo complementou a
567 colocação da Arqª. Tânia no seguinte sentido talvez seja importante saber porque surgiu o plano
568 diretor, de onde veio o plano diretor. Em 1988 o nosso poder constituinte após a época da ditadura
569 definiu que deveria haver o Estatuto da Cidade, e em 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, que
570 diz que o Município tem que ter plano diretor, que o plano diretor é participativo e traz a sociedade
571 para escolha do que a sociedade quer para o seu dia a dia. Essa situação mostra para o conselho que
572 as autoridades municipais tem que se posicionar, marcar seu território que aqui é o local do debate
573 do plano diretor se há quem contrarie que entende que é diferente está fazendo seu trabalho tem que
574 ser respeitado mas isso não deve desmerecer o conselho e vou dar uma exemplo para finalizar isto
575 aqui é uma folha impressa de papel reciclado foi feito cópia do papel reciclado olha a quantidade de
576 tinta que foi utilizado nesta impressão, ou seja, o que será que é mais vantajoso para o meio
577 ambiente, usar papel reciclado ou depois ter que tirar cópia e usar tudo isso aqui de tinta, entende!
578 Então isso é exemplo de decisão que vem de cima para baixo, o TJ adotou o uso de papel reciclado,
579 mas quando o advogado vai tirar cópia ele fica com a mão e a camisa sempre toda suja de tinta que
580 fica caindo disso. O que prejudica mais o meio ambiente será? Então, eu quero mostrar um exemplo
581 de que nem sempre e geralmente essas decisões que vem de cima, elas são muito controversas, por
582 isso eu quis usar esse exemplo. A Arqª. Tânia está colocando aqui uma posição com relação a peça
583 que está sendo produzida, que talvez seja o ponto que a procuradoria deva fazer, o Dr. Juliano já
584 concluiu e achou que o principal é explicar como as decisões são tomadas aqui dentro deste
585 conselho, quem é o conselho, quem são as entidades que fazem parte, para quem ele presta as
586 informações. Agora a defesa em si ainda vai lá para a gente, então essas ideias e tudo o que nós
587 estamos trocando aqui eu já estou absorvendo para ser colocado no papel, mas tem bastante coisa
588 para ser discutida tem como sustentar o nosso posicionamento. O Sr. Michels colocou que se
589 deveríamos parar, mas ai entra o problema que se não tiver o prosseguimento o Sr. Prefeito vai ficar

590 como improbidade administrativa. O Sr. Michels quis provocar se o conselho está querendo parar,
591 pois a posição dele é que tem que continuar, ele só fez uma espécie de provocação só isso. O Sr.
592 José Sergio colocou para o conselho que nós estamos gastando muito tempo com este promotor,
593 desculpe o promotor, esse conselho é um conselho inteligente, nós estamos aqui trabalhando, sabe o
594 que quer para a cidade, sejamos nós de dentro da prefeitura ou fora da prefeitura, nós estamos aqui
595 imbuídos do melhor e se nós pararmos ou atendermos essas colocações do MP nós vamos parar a
596 cidade, nos sabemos que nada é perfeito e nós temos que corrigir, se nós formos esperar cinco anos
597 como alguns dos conselheiros querem, nós sabemos que tem erro até a Z-APAs estão com
598 problemas, isto tem que ser dito para ele que nos estamos aqui para corrigir aquilo que está errado
599 nós não estamos aqui para corrigir aquilo que está certo, nós estamos aqui para corrigir o que está
600 errado, e o conselho tem que ter essa prerrogativa, e isso é uma afronta a nós. O Eng. Milanez
601 defende as ações e tem se manifestado que o nosso conselho está certo nas nossas decisões, estas
602 estão corretas e nós estamos corrigindo, não estamos alterando, estamos fazendo o papel que nos foi
603 dito para fazer (papel técnico) vocês se lembram que aqui a questão ao IAB, da questão dos
604 pavimentos naqueles prédios, depois o IAB quis retirar e o que foi dito aqui, que a proposta deixou
605 de ser do IAB e passa a ser da comunidade, passa a ser do conselho e ele não conseguiu mais alterar
606 porque ele queria fazer uma coisa entrou com pedido e não foi permitido. Então, quando a pessoa
607 ela usa a expressão interesse particular ele instiga esse conselho, ele protocola até pode ser o
608 interesse particular, mas ele deixa de ser interesse particular e passa a ser da comunidade, ele
609 socializou teve algumas situações em que ele alterou a área inteira. Então veja bem nós não estamos
610 aqui não dando alguma coisa tirando alguma coisa, mas sim corrigindo. Na Câmara passa os
611 trâmites legais, conforme colocou o Vereador Júlio, então é analisado no conselho e lá na Câmara
612 por lei complementar que vai por duas votações, então tudo isso está errado!? Isto não é
613 participação popular!? Com relação com as correções que me comprometi com o Arq. Giuliano e
614 com o cadastro das novas coordenadas do perímetro urbano do município, porque se pegar o
615 número dela ai dá lá em Forquilha, isto nós temos que fazer e nós vamos fazer e vamos trazer
616 para vocês aqui, o que está nas coordenadas e o que está no real do campo no físico. Então eu só
617 queria que nós do conselho mantivéssemos a nossa linha de raciocínio. Um terceiro ponto que eu
618 tinha esquecido. Toda a população só elogia esse conselho na forma como está sendo feito. Os meus
619 clientes que eu tenho falado todos são só elogios a forma como está sendo desenvolvido. Mesmo
620 aqueles nos quais os processos não foram referendados, também se mantiveram dizendo que o
621 conselho está agindo certo e vamos alterar os projetos como já me manifestei para os técnicos,
622 então eu acho que nós estamos no caminho certo vamos confiar nos técnicos são profissionais
623 excelentes a gente sabe dos potenciais deles, o que nós pudermos ajudar nós estamos a disposição e
624 vamos tocar o barco para a frente. A última notícia é a seguinte eu estive em Florianópolis numa
625 palestra no MPSC onde foi dito que até dez anos atrás tinha três promotores para um juiz e a meta é
626 cinco promotores para um juiz. O Sr. Ademir disse que concorda com a legalidade de nosso
627 trabalho aqui, eu concordo com todas as palavras que você falou sobre a representatividade, eu e
628 mais três pessoas fomos escolhidos pelo UABC em mais de 40 representantes de bairro. Esse dado
629 é importante. Jader questionou ao representante da Assembléia de Deus quantas mil pessoas o
630 mesmo está representando. O Pastor Jocimar Marciano disse que ele representa aproximadamente
631 com os membros congregados mais de 12 mil pessoas, e ele foi eleito. O Sr. Tiago disse que temos
632 que verificar a abrangência que cada seguimento tem. Nós aqui somos delegados e cada delegado
633 que está aqui também foi eleito, eu fui numa assembléia no Colegião e lá foi definido que teria
634 tantos representantes a região central definiu que aqueles 16 representariam o centro da cidade,
635 então eu como delegado represento uma grande parte do centro da cidade. Eu represento o

636 SINDUSCON, as indústrias da construção e o que movimenta bastante emprego e bastante
637 economia aqui e a gente está aqui para defender os interesses nossos na sociedade, só porque a
638 questão que eu quis levantar aqui e gostaria de partilhar com a procuradora é a questão que eu sinto
639 uma certa perseguição deste promotor e sinto mais assim a respeito dos cinco primeiros processos
640 que foram aprovados eu sinto que talvez tenha alguma coisa pessoal com alguma empresa daqui que
641 esteja naquele meio, porque a gente fica surpreso também com um pedido dele, ele deu uma multa
642 para o SINDUSCON e para as empresas naquela questão dos resíduos, ele está tentando buscar
643 alguém e nós não sabemos quem, não consegue identificar quem é mas penso eu isto é algo
644 particular, algo pessoal com alguma empresa dessas no meio dessas cinco. A Dra. Erica acredita
645 que não seja por esse lado, porque assim é aquilo que a Arq^a. Tânia falou do relacionamento que a
646 gente tem com ele e aí eu digo que estamos todo dia lá, não é dos melhores comparando com os
647 demais promotores. Só para colocar tem muito promotor que a gente resolve tudo na esfera do IC,
648 nós conversamos e chegamos numa acordo e resolve. Com ele a conversa não é bem assim, mas eu
649 não acredito que tenha perseguição ou tudo mais ele tem as convicções dele a gente tem a nossa.
650 Até porque o TAC do resíduos sólidos da construção civil é coisa antiga. Só para concluir eu sinto
651 que ele perdeu aquela ação, aquela primeira que ele entrou contra as construtoras e sinto que ele
652 perdeu aquilo e ele agora busca algo para provar que ele estava certo. O Sr. Jader pediu que todos
653 os conselheiros tem voz e tem que ser respeitada a opinião dele. O Sr. Ayser queria lembrar o
654 seguinte que o meu posicionamento quanto a revisão do plano diretor que no mínimo é de dez anos
655 conforme diz a lei isto já era previsto, o nosso código cuja previsão era de 5 anos não é que eu
656 queira cinco anos está na lei municipal, na lei do plano diretor de Criciúma hoje, onde diz que a
657 revisão é de cinco anos se vai esperar o não. O Presidente interrompe a reunião. Um Guarda
658 Municipal recebeu via rádio agora que foi interceptada uma ligação dos presídios aí que hoje vai ter
659 atentado inclusive para civis, mataram uma pessoa em Araranguá, um civil parado ali na BR-101.
660 Acho bom agente então encerrar. Jader. Pessoal a posição do Município é a posição do conselho de
661 desenvolvimento municipal isto que vocês estão fazendo aqui só referenda o nosso trabalho para
662 que nós continuamos seguindo a recomendação de vocês e continuando com o trabalho e não
663 deixando ser movimentado pelas pressões que tem aí a questão econômica a gente vai para a frente
664 aí nós vamos então encerrar a reunião e nós agradecemos a todos então. Após foi dada a palavra ao
665 Presidente do Conselho, Sr. Juliano Deolindo, que agradeceu a presença de todos. Esgotados os
666 assuntos encerraram-se os trabalhos. Eu, Maria Ângela Mattos lavrei a presente ata, que depois de
667 lida e aprovada, será por todos os presentes assinada.